

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1012764-93.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO
Requerente:	Antonio Justino Gonçalves
Requerido:	Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

ANTONIO JUSTINO GONÇALVES pediu a condenação do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS** a concessão de auxílio-acidente, haja vista a redução de sua capacidade laborativa decorrente de acidente de trabalho sofrido no dia 25 de maio de 2015.

O réu foi citado e contestou o pedido, aduzindo em preliminar a falta de interesse de agir. No mérito, defendeu a inexistência de incapacidade laborativa residual apta a justificar a concessão do benefício acidentário.

Em réplica, o autor insistiu nos termos iniciais.

A preliminar arguida foi afastada.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo aos autos o respectivo laudo, sobre o qual as partes se manifestaram.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Indefiro o requerimento do autor formulado às fls. 91/92. Com efeito, a perícia foi realizada para verificar a incapacidade do autor para o exercício da atividade que exercia, sendo certo que a *expert* levou em consideração todas as funções exercidas por um pedreiro para chegar a sua conclusão.

Subsiste controvérsia quanto à incapacidade laborativa do autor, o que enseja a produção de prova pericial.

O laudo pericial concluiu que *"o nexa causal pode ser plausível quanto ao acidente relatado pelo autor em 25/05/15, no entanto, a sequela funcional relativa à fratura do IV metacarpo à direita (segmento dominante) é leve e não lhe confere redução*

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

ou comprometimento de sua capacidade funcional ao exercício da função laborativa que lhe é habitual. Autor está apto ao trabalho." (fl. 82).

Portanto, a sequela não é incapacitante, de modo que o autor continua apto a exercer a mesma função profissional, conforme concluiu a perita judicial.

É compreensível a insatisfação do autor com a conclusão pericial, a qual é acolhida à falta de elementos de convicção capazes de infirmá-la.

Diante do exposto, **rejeito o pedido.**

Sem custas.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 12 de setembro de 2017.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA